



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os estudos necessários para a contratação da solução destinada à implantação de um sistema de esgotamento sanitário no município de Campos de Júlio- MT.

A finalidade é avaliar de forma detalhada a necessidade existente e identificar, no mercado, a alternativa mais adequada para a execução do sistema, considerando as diretrizes técnicas aplicáveis e os parâmetros que orientam a atuação da Administração Pública.

OBJETO

Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campos de Júlio – MT, no âmbito do Novo PAC, conforme Proposta nº 27637/2024, apresentada ao Ministério das Cidades por intermédio da Caixa Econômica Federal.

O investimento previsto totaliza R\$ 30.494.463,14, sendo composto pelos seguintes valores:

Repasse: R\$ 25.946.652,20

Contrapartida: R\$ 4.547.810,94

A contratação visa atender à necessidade de ampliação da infraestrutura de saneamento básico do município, contribuindo para a proteção ambiental, melhoria das condições sanitárias e promoção da qualidade de vida da população.

I. LOCALIZAÇÃO DA OBRA/SERVIÇO

A obra em questão será localizada no perímetro urbano de Campos de Júlio-MT.



Imagem: localização do empreendimento.

II. NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

Trata-se de obra de engenharia cujo objeto consiste na implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campos de Júlio – MT, no âmbito do Novo PAC, conforme Proposta nº 27637/2024 apresentada ao Ministério das Cidades por intermédio da Caixa Econômica Federal. A atividade, privativa das profissões de engenharia, compreende a execução completa das etapas previstas no projeto, observando requisitos técnicos, normativos e os padrões de qualidade aplicáveis ao setor de saneamento básico.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

A intervenção tem por implantar a infraestrutura sanitária municipal, promovendo a coleta, o transporte e o tratamento adequado dos efluentes. A obra é de interesse direto da Administração, por contribuir para a preservação ambiental, redução de riscos à saúde pública e melhoria das condições de vida da população.

Estima-se que o sistema implantado beneficiará aproximadamente **7.000 habitantes**, abrangendo cerca de **2.600 famílias** residentes na área atendida.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020, assim como inciso I do art. 35 do Decreto Estadual nº 1.525 de 23/11/2022).

A contratação é necessária para viabilizar a implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campos de Júlio – MT, no âmbito do Novo PAC. A intervenção busca solucionar a demanda por infraestrutura adequada de coleta, transporte e tratamento de esgoto, condição essencial para a proteção da saúde pública e para a preservação ambiental.

A inexistência do sistema atual resulta em riscos sanitários, contaminação do solo e das águas, além de impactos negativos sobre a qualidade de vida da população. A implantação do sistema representa medida indispensável ao interesse público, pois contribui para a redução de doenças relacionadas ao saneamento inadequado, promove a melhoria das condições urbanas e fortalece as políticas municipais voltadas ao desenvolvimento sustentável.

A execução do empreendimento será realizada com base no projeto elaborado e aprovado pela Administração, em conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao setor de saneamento básico. O investimento total previsto é de **R\$ 30.494.463,14**, composto por repasse federal e contrapartida municipal.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso II do art. 35 do Decreto Estadual nº 1.525 de 23/11/2022)

A contratação necessária para a implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campos de Júlio – MT não estava prevista no Plano de Contratações Anual da Administração Municipal. Contudo, a demanda surgiu em razão da formalização de parceria com o Ministério das Cidades, por intermédio da Caixa Econômica Federal, no âmbito do Novo PAC, o que viabilizou o acesso aos recursos destinados à execução do empreendimento.

Ainda que não incluída na programação inicial, a contratação mantém alinhamento com o planejamento da Administração, considerando que o saneamento básico integra as diretrizes municipais de desenvolvimento urbano e de melhoria das condições de saúde pública. A inclusão extraordinária da contratação ocorre em razão da oportunidade de financiamento federal e da necessidade de implantação do sistema para atender à população beneficiada.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020, assim como inciso III do art. 35 do Decreto Estadual nº 1.525 de 23/11/2022).

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

A concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021;

Para a presente contratação será elaborado Projeto Executivo de Engenharia com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

a. Requisitos técnicos da contratação

- i. Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento;
- ii. Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- iii. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- iv. Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- v. Empresa de engenharia para execução de serviços de construção de edifício em estrutura de concreto armado, estrutura principal e secundária de cobertura em estrutura metálica, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- vi. Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- vii. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;
- viii. Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- ix. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
- x. Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

b. Requisitos de sustentabilidade

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

c. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

- i. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- ii. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- iii. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- iv. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);





- v. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- vi. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

Para assegurar a precisão da contratação, foi realizado estudo técnico preliminar, acompanhado da elaboração dos projetos arquitetônico e complementares, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias. Todos esses elementos foram desenvolvidos com base nas diretrizes técnicas aplicáveis, considerando aspectos de funcionalidade, economia, segurança e eficiência na execução.

A estimativa contempla a totalidade dos serviços necessários à implantação da obra. O detalhamento técnico e orçamentário servirá de base para a definição do valor de referência e garantirá a compatibilidade com o escopo pretendido, assegurando a viabilidade e a economicidade da contratação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

a. Da modalidade de licitação “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA”

A escolha da modalidade **Concorrência Eletrônica** justifica-se pelo valor estimado da contratação e pela natureza da obra, que exige ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Trata-se de uma contratação de obra pública com valor superior ao limite previsto para outras modalidades, o que impõe a adoção da Concorrência, conforme definido na Lei nº 14.133/2021.

A opção pela forma eletrônica visa garantir maior transparência, eficiência e alcance do certame, ampliando a participação de potenciais licitantes em âmbito nacional, o que favorece a obtenção de melhores propostas técnicas e econômicas. Essa modalidade permite a utilização de recursos tecnológicos que asseguram a publicidade dos atos, a rastreabilidade das etapas e a competitividade do procedimento.

A realização de levantamento prévio de mercado, por meio de pesquisas de preços com base em obras similares, sistemas oficiais de referência e consultas a fornecedores, demonstrou a viabilidade técnica e econômica da execução da obra por empresas do setor de engenharia civil com experiência comprovada em empreendimentos habitacionais.

Dessa forma, a **Concorrência Eletrônica** se mostra a solução mais adequada, alinhando-se ao interesse público, aos princípios da economicidade, da isonomia e da legalidade, bem como aos objetivos da Administração Municipal no que se refere à ampliação do acesso à moradia digna e à efetivação de políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social.

b. Do critério de julgamento “MENOR PREÇO”

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- i. menor preço;
- ii. melhor técnica ou conteúdo artístico;





- iii. técnica e preço;
- iv. maior retorno econômico;
- v. maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquele de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

c. Do Regime “EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”

A adoção do regime de execução por empreitada por preço unitário se justifica pela natureza da obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário, que envolve serviços cujos quantitativos podem variar durante a execução, especialmente em decorrência de adequações técnicas, condições do solo, ajustes de traçado e necessidades operacionais verificadas em campo. O regime por preço unitário permite maior precisão na mensuração dos serviços efetivamente realizados, assegurando adequação entre o pagamento e a quantidade executada, preservando o interesse público.

Nos termos da legislação aplicável, a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução de obra ou serviço mediante remuneração baseada nos quantitativos efetivamente executados, segundo preços previamente estabelecidos. Esse modelo é recomendado quando parte das quantidades depende de medições durante a obra ou quando há variáveis técnicas que podem impactar o desenvolvimento dos serviços.

Nesse regime, a remuneração da contratada ocorre conforme as medições mensais, com base nos serviços efetivamente executados e nos valores unitários fixados no contrato. A fiscalização poderá acompanhar de forma detalhada a execução e verificar a correspondência entre as quantidades realizadas e aquelas registradas nas medições, garantindo transparência, controle e correta aplicação dos recursos públicos.

A escolha pelo regime de preço unitário é adequada para obras de saneamento devido à possibilidade de ocorrência de ajustes durante a execução, preservando o equilíbrio econômico-financeiro e evitando a necessidade de readaptações complexas no contrato. Dessa forma, o pagamento é compatível com o desenvolvimento real dos serviços, reduzindo riscos de sobrepreço e assegurando maior precisão no acompanhamento técnico e financeiro da obra.

A contratada ficará responsável por executar os serviços conforme o Projeto Básico e o Projeto Executivo, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessária ao perfeito cumprimento das etapas previstas. Trata-se de contrato com obrigação de resultado, no qual a prestadora assume a responsabilidade pelos serviços até sua entrega final, mantendo o gerenciamento das equipes e dos meios necessários, sem vínculo de subordinação com a Administração.

Embora haja continuidade na prestação dos serviços até o adimplemento contratual, não haverá exigência de dedicação exclusiva de mão de obra. A contratada deverá dimensionar seus recursos conforme julgar necessário ao atendimento do cronograma estabelecido e das obrigações definidas no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

d. Do fracionamento do lote

A contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa considerando a completude do projeto e a sua baixa complexidade. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

e. Da participação de ME e EPP

Tendo em vista o valor estimado da contratação e a vedação constante no art. 4º, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, não serão concedidos os benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.





f. Da participação de consórcios

Considerando que o objeto da presente licitação refere-se à implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campos de Júlio – MT, trata-se de empreendimento que envolve serviços com variáveis técnicas relevantes, diferentes etapas construtivas e demandas específicas de engenharia, podendo exigir a conjugação de especialidades, capacidades operacionais e recursos que nem sempre se concentram em uma única empresa. Nesse contexto, entende-se adequada a **permissão de participação de licitantes reunidos em consórcio**.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 15, § 1º, autoriza expressamente a Administração Pública a admitir a participação de consórcios sempre que o objeto demandar a união de competências técnicas ou econômico-financeiras, ou quando tal medida ampliar a competitividade e favorecer a seleção da proposta mais vantajosa.

A permissão encontra fundamento pelas seguintes razões:

Conjugação de capacidades técnicas – a implantação de sistema de esgotamento sanitário envolve etapas como escavação, assentamento de redes, execução de estações elevatórias, tratamento de efluentes e obras civis complementares, podendo exigir expertises distintas que podem ser melhor atendidas com a formação de consórcios;

Fortalecimento da capacidade econômico-financeira – a união de empresas possibilita maior robustez financeira, ampliando a segurança na execução do contrato e reduzindo riscos de paralisação;

Estímulo à competitividade – ao permitir a participação de consórcios, amplia-se o universo de potenciais interessados, incluindo empresas de médio porte que, isoladamente, poderiam não atender integralmente às exigências do edital;

Promoção de eficiência e qualidade – a reunião de empresas com especializações complementares aumenta a probabilidade de execução mais eficiente, com melhor domínio técnico e organização dos serviços.

A participação de consórcios deverá observar as condições previstas no edital, incluindo a apresentação de compromisso público de constituição, definição da empresa líder, responsabilidades assumidas por cada integrante e regras de responsabilidade solidária perante a Administração.

Dessa forma, a permissão para consórcios é medida proporcional e adequada ao objeto licitado, ampliando a competitividade e favorecendo a contratação mais vantajosa para o interesse público.

g. Da participação de empresas estrangeiras

A participação de Empresas Estrangeiras será devidamente amparada na legislação pátria, e fundamenta-se na possibilidade de distender a oferta para a Administração Pública com aumento da quantidade de licitantes. Por consequência, possibilitará a formalização de contratos mais vantajosos, com melhores preços e melhores técnicas, trazendo à Contratante economia e obras de maior qualidade.

h. Da subcontratação

Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do orçamento. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de





utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico e Termo de Referência.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico que deverão prever, inicialmente, os seguintes serviços:

- Escavação de valas;
- Assentamento de tubos;
- Recomposição de pavimento;
- Instalações hidrossanitárias;
- Instalações elétricas;

As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Executivo e Termo de Referência.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Para execução de obras de construção de um único edifício não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A contratação tem como finalidade assegurar que a implantação do sistema de esgotamento sanitário proporcione infraestrutura adequada para a coleta, o transporte e o tratamento de efluentes, garantindo eficiência, segurança e benefícios diretos à saúde pública e ao meio ambiente. Espera-se que os resultados expressem economicidade e bom aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, assegurando que a execução do empreendimento ocorra de acordo com os parâmetros técnicos definidos no Projeto Básico e com as exigências





estabelecidas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e no Projeto Básico/Executivo. A adequada condução dos serviços deve resultar em instalações duráveis, funcionais e compatíveis com os padrões normativos aplicáveis ao setor de saneamento, garantindo desempenho satisfatório e evitando retrabalhos que possam comprometer o investimento. A contratação deve promover o uso racional dos recursos públicos, alinhando custo, prazo e qualidade, além de contribuir para a melhoria das condições sanitárias do município, reduzindo riscos de contaminação e proporcionando impactos positivos à saúde e à qualidade de vida da população beneficiada. A existência de projeto básico/executivo elaborado pela Administração permite o planejamento adequado do certame e a execução estruturada da obra, favorecendo a gestão eficiente do contrato e assegurando que o sistema implantado possa atender plenamente às necessidades do município.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes da contratação:

- Relatório circunstanciado contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, elaborado pela autoridade competente (§ 5º do art. 40 da Lei 14.133/21);
- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
- Aprovação do Projeto;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Licenciamento ambiental;
- Entre outros.

Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá a:

CONTRATANTE:

- Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei n.14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.
- Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.
- Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES





Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do
§ 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

12. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, indo além do mero cotejo de preços, e contemplando a análise de benefícios e impactos, tanto positivos quanto negativos. Para a presente obra, considera-se essencial a observância de:

- Normas e critérios de sustentabilidade;
- Emprego eficiente dos recursos públicos;
- Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- Utilização de agregados reciclados, sempre que disponíveis;
- Remoção e destinação apropriada de resíduos conforme normas aplicáveis, incluindo o Controle de Transporte de Resíduos;
- Observância das normas de qualidade e certificação nacionais, como INMETRO e ABNT.

Nos termos do art. 45 da Lei nº 14.133/21, as obras e serviços de engenharia deverão adotar medidas como: disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, mitigação de impactos por condicionantes e compensações ambientais, utilização de produtos, equipamentos e serviços que reduzam o consumo de energia e recursos naturais, além da proteção ao patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002, a execução da obra implicará na geração de resíduos da construção civil, os quais deverão ser minimizados e destinados de forma ambientalmente adequada pela contratada, visando mitigar danos ambientais.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha. Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução do objeto deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

a. Logística

A construção será realizada nos locais previstos em projeto. Durante todo o horário comercial, haverá movimentação e o controle de acesso ao local, o que exigirá que a construtora se planeje para lidar com a situação.

A construtora deverá adotar medidas para mitigar os impactos da obra nas atividades locais. Essas medidas podem incluir o isolamento da área de construção e a adoção de horários alternativos para a execução de atividades ruidosas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

13. MAPA DE RISCOS

O mapa de risco da contratação será retratado no tópico abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de Concorrência Eletrônica, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos, materializando-se no mapa de risco da contratação.

Fase – Planejamento

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGENCIA RESPONSÁVEL
1- Incorreta identificação da demanda	Instrução processual inadequada	Identificar corretamente os setores responsáveis. Verificar corretamente a demanda. Envolver os setores na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Quando detectado o erro quanto a real necessidade da demanda, parar o processo no estágio em que se encontrar e proceder com a retificação dos artefatos técnicos.
2- Falta de designação ou designação incorreta de responsáveis	Falta de análise dos instrumentos processuais. Falta de verificação da necessidade a ser atendida. Falta de dimensionamento correto do objeto a ser licitado.	Identificar corretamente os setores responsáveis, que devem participar de forma intensiva da instrução processual.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes corretas.
3- Estudos preliminares incorretos.	Instrução processual inadequada. Falha no atendimento das necessidades da área demandante.	Identificar corretamente os setores responsáveis. Solicitar indicação de responsáveis técnicos e demandantes. As indicações deverão ser compostas por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação pertinente ao objeto e dos procedimentos da contratação.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes responsáveis acompanharem a instrução processual.
4- Estimativa inadequada de quantitativo do objeto a ser licitado.	Falha no atendimento das necessidades da área demandante do serviço. Impossibilidade de aditivo contratual (acréscimo ou supressão).	Adequado levantamento das reais necessidades da área demandante do serviço. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Análise de possibilidade de aditivo contratual, levando em consideração a porcentagem estabelecida para acréscimos ou supressões do objeto em questão.
5- Fracasso da licitação	Atrasos da execução do objeto com aumento da depreciação do imóvel e indisposição dos ambientes de trabalho. Comprometimento do desenvolvimento das atividades futuras.	Realizar o adequado levantamento das necessidades de execução com preços compatíveis e atualizados ao valor de mercado. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico e com experiência, com conhecimento do e condições necessárias em editais
6- Impugnação do edital	Atraso na contratação da empresa e consequente dificuldades para o setor demandante	Elaborar o edital corretamente. Atentar as normas e legislações vigentes ao elaborar o edital. Compatibilizar informações com o Termo de Referência.	Treinamento da equipe de apoio

Fase – Gestão contratual e execução do objeto contratado





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGENCIA RESPONSÁVEL
1- Execução do objeto contratual em desacordo com o Contrato	Falha no atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde. Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios.	Fiscalização mensal a ser realizada pela CONTRATANTE. Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais.
2- Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade	Aumento do custo e demora na entrega da obra. Descontinuidade dos serviços.	Fiscalização mensal, trimestral ou semestral a ser realizada pela CONTRATANTE.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas a aplicação das penalidades contratuais.
3- Períodos de chuva fora da previsibilidade local	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	NÃO HÁ.	Caberá a CONTRATANTE análise das circunstâncias e ações possíveis.
4- Contratação de empresa Sem capacidade de executar o contrato	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto.	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa.	Avaliar adequadamente a empresa.
5- Execução do objeto em desacordo com o contrato	Não atendimento da demanda do órgão.	Realização de gestão e fiscalização adequada.	Capacitação da equipe de fiscalização.
6- Falta de pagamento à contratada	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão

Os fatores de risco elencados acima que se caracterizarem como risco do empreendimento, correram por conta do Contratado até o momento de entrega da obra, devendo estar previstos no Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), em item único e próprio, visto que o BDI é o elemento orçamentário destinado a cobrir as despesas não diretamente relacionadas à execução do objeto Contratado, como a cobertura de riscos eventuais do empreiteiro.

No caso de atrasos na execução do contrato caso fique constatado culpa exclusiva do CONTRATADO deve ser providenciada a dedução dos serviços previstos no cronograma físico-financeiro e, se for o caso providenciar o devido ressarcimento. Ademais, visando prevenir a ocorrência de atrasos deverá constar dos demais artefatos da contratação prazos para verificação de eventuais atrasos no período a ser definidos em 06 meses, levando em consideração a vigência contratual.

O cronograma físico-financeiro deverá estar atualizado com a execução contratual, de modo que seja possível visualizar o acompanhamento da programação feita para a obra, em caso de atrasos significativos deverá ser providenciado termo aditivo para atualizá-lo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Trata-se de obra de engenharia de caráter padronizável, cuja execução contempla serviços compatíveis com as normas técnicas vigentes, observando parâmetros definidos de desempenho, segurança e qualidade. A implantação do sistema de esgotamento sanitário é necessária para atender à demanda por infraestrutura adequada no município, garantindo a coleta, o transporte e o tratamento correto dos efluentes gerados pela população.

A Administração Municipal não dispõe, em seu quadro permanente, de profissionais e estrutura técnica suficientes para executar diretamente a obra pretendida, sendo, portanto, imprescindível a contratação de empresa de engenharia que possua capacidade técnica e operacional compatível com o escopo proposto.

Considerando os estudos e levantamentos realizados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que a contratação é viável e adequada para o atendimento da necessidade pública identificada, apresentando elevada probabilidade de êxito na consecução dos objetivos. A execução da obra será realizada conforme os projetos técnicos, especificações e condições definidas neste documento, mediante processo licitatório compatível com a natureza e o valor do objeto.

Campos de Júlio, 13 de novembro de 2025.

Eduardo Rampanelli Tosetto
Engenheiro Civil
CREA 1220503037

CAMPOS DE JÚLIO





PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800

AVENIDA: VALDIR MASUTTI, 779W - CEP:78.319-000



CÓDIGO DE ACESSO

F184DBE3958F4A1EA5DB8D0E3C403633

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/F184DBE3958F4A1EA5DB8D0E3C403633>